

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

BEATRIZ OLIVEIRA CABRAL SILVA

REPRESENTAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA HISTÓRICA

*Manifestações artísticas como caminhos e ferramenta de construção da memória nas
manifestações de junho de 2013*

Niterói

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

REPRESENTAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA HISTÓRICA

*Manifestações artísticas como caminhos e ferramenta de construção da memória nas
manifestações de junho de 2013*

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Produção Cultural Social do Instituto de Artes e Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Produção Cultural.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marisa Schincariol de Mello

Niterói

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

BEATRIZ OLIVEIRA CABRAL SILVA

REPRESENTAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA E HISTÓRICA

*Manifestações artísticas como caminhos e ferramenta de construção da memória nas
manifestações de junho de 2013*

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Produção Cultural Social do Instituto de Artes e Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Produção Cultural.

Aprovada em 21 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Marisa Schincariol de Mello – UFF - Orientadora

Prof Dr Luiz Augusto Rodrigues – UFF

Prof^ª Mestre Talita São Thiago Tanscheit – doutorando no IESP-UERJ

A minha família, que foi a maior incentivadora e que sempre acredita nos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Profª Drª Marisa Schincariol de Mello, pelo acompanhamento, orientação e amizade.

Ao Curso de Produção Cultural do Instituto de Artes e Comunicação Visual da Universidade Federal Fluminense, na pessoa de sua coordenadora Profª Drª Marina Frydberg, pelo apoio recebido.

Ao corpo docente do Curso de Produção Cultural, pela transmissão dos saberes que me proporcionaram crescimento acadêmico, pessoal e profissional e pelos momentos maravilhosos durante minha formação.

Aos meus pais e marido por me incentivarem e proporcionarem o melhor ambiente de estudo possível.

À Deusa pela vida e por tudo que ela proporciona.

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de refletir sobre as relações entre história e memória no contexto dos protestos que aconteceram no Brasil em junho de 2013, que inicialmente tiveram como tema a diminuição do aumento da passagem dos transportes coletivos e posteriormente se transformaram em um movimento com uma heterogeneidade discursiva que se tornou característica deste acontecimento. Nesta discussão, merecem destaque as disputas que envolvem a construção na memória coletiva e da memória individual, e as técnicas usadas para a fixação de um determinado ponto de vista dos fatos, sendo este a memória histórica, aquela que lemos em livros e transmitimos para outras gerações. Defende-se, neste debate, que a construção da memória está sempre em disputa, e que é uma ferramenta de dominação na medida em que pode ser usada para manutenção da hegemonia e privilegiamento de determinados grupos em detrimento de outros.

Palavras-chave: Memória coletiva, memória individual, junho, manifestações, história.

ABSTRACT

This study aims to address the relation between history and memory in the context of the riots that occurred in Brazil in June 2013, which initially had as argument the reduction of the increase in public transportation tickets and later became a movement with a speech discursive heterogeneity which became the peculiarity of this event. In this discussion, the disputes involving the construction of collective memory and individual memory deserves to be highlighted, and the techniques used to fix a certain point of view of the facts, which is the historical memory, which we read in books and pass to other generations . It is argued in this debate that the construction of memory is always in dispute and that it is a tool of domination, since it can be used to maintain the hegemony and privilege of certain groups to the detriment of others.

Keywords: Collective memory, individual memory, june, riots, history.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - MOSAICO DE FOTOGRAFIAS DOS CARAS PINTADAS 1964	24
Ilustração 2 - FOTOGRAFIA DE MANIFESTANTES COM CARTAZES	39
Ilustração 3 - IMAGEM DA PROPAGANDA “VEM PRA RUA” DA FIAT	40
Ilustração 4 - FOTOGRAFIA DE MULHER COM CARTAZ “VEM PRA RUA”	40
Ilustração 5 - IMAGEM DO COMERCIAL “O GIGANTE ACORDOU” DA JOHNNIE WALKER	41
Ilustração 6 - CHARGE COM MOTIVOS PARA IR ÀS RUAS - “O GIGANTE ACORDOU”	41
Ilustração 7 - CHARGE SOBRE VIOLENCIA POLÍCIAL NAS MANIFESTAÇÕES	42
Ilustração 8 - CHARGE POLÍCIAIS VS REDES SOCIAIS	44
Ilustração 9 - FOTOGRAFIA DE MANIFESTANTES COM FAIXA “SOMOS A REDE SOCIAL”	45
Ilustração 10 - CHARGE DE REPRESENTANTES POLÍTICOS PEDINDO CARONA NAS MANIFESTAÇÕES	46
Ilustração 11 - CHARGE DE TUCANO COM CARTAS CONTRA CORRUPÇÃO	48
Ilustração 12 - TIRINHA BASEADA NO DISCURSO DE ZIZEK SOBRE OCCUPY WALL STREET	51
Ilustração 13 - CHARGE DE REPRESENTANTES POLÍTICOS BADERNEIRO	52
Ilustração 14 - BLACK BLOCK MASCARADO	52
Ilustração 15 - IMAGEM DE ENQUETE REALIZADA PELO PROGRAMA BRASIL URGENTE	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - IDADE DOS MANIFESTANTES	33
Tabela 2 - ESCOLARIZAÇÃO DOS MANIFESTANTES	33
Tabela 3 - RENDA DOS MANIFESTANTES	34

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	7
LISTA DE TABELAS	8
1 INTRODUÇÃO	10
2 CAPÍTULO 1 - AS CONTRUÇÕES DAS MEMÓRIAS	13
2.1 Práticas de memórias como estratégias de formação histórica	13
2.2 A memória coletiva e a memória individual	14
2.3 Memória coletiva e identidade	15
2.4 Memória coletiva e história	16
3 CAPÍTULO 2 - QUEM ERAM OS MANIFESTANTES?	20
3.1 Contextualização	20
3.2 História do Movimento Passe Livre	20
3.3 Resumo dos atos	21
3.4 Perfil dos manifestantes	27
3.4.1 Composição social	27
3.4.2 Pesquisas quantitativas sobre a composição dos manifestantes	31
4 CAPÍTULO 3 - MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E POLÍTICA	35
4.1 Contextualização	35
4.2 Performances Artivistas	36
4.3 Gritos das manifestações	38
4.3.1 Vem pra rua que o gigante acordou	39
4.3.2 A truculência policial	41
4.3.3 A reação à imprensa	43
4.3.4 A reação aos partidos	45
4.3.5 Movimentos conservadores	47
4.3.6 Direito à cidade e à terra	48
4.3.7 Feminismo/homofobia	51
4.3.8 Black Blocs	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
6 REFERÊNCIAS	57
7 APÊNDICE 1 - Gritos de Guerra	59
8 ANEXO - Músicas sobre junho de 2013	61

1 INTRODUÇÃO

As manifestações populares de junho de 2013 tiveram uma proporção, tratando-se do contingente de pessoas mobilizadas, tão grande quanto as Diretas Já, em 1984. Os primeiros protestos reivindicavam a suspensão do aumento das passagens previstas em vários estados brasileiros.

A tensão no país cresceu quando os protestos ganharam força e quorum em todo o território nacional. Porém, o público que participou dos primeiros atos, organizados pelo Movimento Passe Livre, não era o mesmo que integrou as últimas manifestações e os objetivos e reivindicações também mudaram, passando da insatisfação com o transporte público à luta por melhores condições de vida, de saúde, segurança e principalmente pelo fim da corrupção.

Algumas considerações sobre esses atos são muito pertinentes de serem mencionadas. Um desses pontos é que os protestos foram organizados virtualmente, por meio das redes sociais, principalmente pelo facebook; além do fato disso ser o primeiro grande fenômeno de organização que extrapolou as manifestações virtuais, tomando as ruas, houve nos protestos uma repulsa e contestação das informações noticiadas pelos grandes veículos midiáticos, principalmente as da TV Globo, tendo suplantado a hegemonia dos grandes veículos midiáticos do país.

Nas primeiras reportagens, era ostensiva a deslegitimação dos manifestantes e dos atos e o apoio à repressão e à polícia eram incentivados, em diversos momentos os participantes dos atos eram chamados de “vândalos” ou “desordeiros”, como por exemplo no comentário do jornalista Arnaldo Jabor, no dia 13 de junho, durante o Jornal Nacional¹. Essa informação foi fortemente refutada e combatida pelos veículos independentes e pelos próprios participantes dos atos que atuavam como “jornalistas colaborativos”, postando vídeos e mensagens desmentindo essas reportagens. O que acarretou na remodelação no discurso dos grandes veículos².

Outro episódio desse período foram as frentes de ações diretas criadas pelos adeptos da estratégia anarquista black blocs, uma estrutura organizada para atuar na frente de combate

¹ Comentário do jornalista da rede Globo Arnaldo Jabor, no dia 13.06.13 sobre as manifestações, durante o Jornal Nacional <https://www.youtube.com/watch?v=tZNkg26g-Ng&spfreload=10>

² Comentário do jornalista da rede Globo Arnaldo Jabor, no dia 17.06.13 sobre as manifestações, durante o Jornal Nacional https://www.youtube.com/watch?v=YbXPbV_WP1O

às violências policiais e contra os símbolos do capitalismo e da globalização, como as fachadas de bancos e emissoras de TV. Esse setor do movimento causou muitas controvérsias entre os manifestantes e foi um dos principais pontos ressaltados nos discursos daqueles que eram contra os protestos.

Um outro fato interessante é que desde 2013 até os dias de hoje, dezembro de 2017, o valor da tarifa já subiu mais de 30% no Rio de Janeiro. Em 2014, janeiro de 2015 e dezembro de 2015, mudando dos R\$ 2,75 de quando as manifestações eclodiram para 3,80 atualmente. Todas essas mudanças aconteceram sem grandes enfrentamento ou manifestações de rua organizadas pela da população. Mostrando que junho de 2013 foi um momento em que havia uma conjuntura singular para o desapontamento dos atos, que não aconteceram novamente.

Nos anos seguintes, cresceram nas redes sociais (facebook, twitter etc) assuntos relacionados à política, as pessoas começaram a se posicionar de modo mais efetivo e partidário e são frequentes os enfrentamentos virtuais em comentários de reportagens sobre assuntos relacionados à política ou partidos políticos. Levando em consideração que no ano de 2014 houveram as eleições presidenciais e em 2015 aconteceu o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e que ambos tiveram protestos nas ruas e virtuais com grande contingente de manifestantes, verificamos que a partir de 2013 a participação políticas dos brasileiros mudou, já que, conforme comprovaremos no decorrer do trabalho, a maioria dos manifestantes que integraram os atos nas ruas em junho de 2013 nunca haviam participado de um protesto político. Como consequência, surgiram de 2013 em diante, muitas páginas criadoras de conteúdo sobre política e determinados partidos, que são curtidas e compartilhadas por milhares de pessoas, sem levar em conta a idoneidade das informações publicadas. Reproduzindo, repetindo e reafirmando essas ideologias sem muita consideração com a qualidade ou veracidade desse conteúdo. Ou seja, uma recepção e absorção de discurso totalmente eficaz do ponto de vista iluminista.

Por fim, esse episódio recente na história brasileira, que é uma democracia relativamente nova e que ainda carrega muitas heranças dos governos ditatoriais, colonial e monárquico, foi muito analisado e discutido por teóricos e estudiosos e foi tema de diversas manifestações culturais (literárias, artísticas, midiáticas, musicais, etc).

Existem, sobre os atos de junho de 2013, livros, documentários, exposições, noticiários em jornais impressos e digital, memes, vídeos de humor, e outras diversas manifestações que são referências na construção da história. Essas manifestações culturais e

os produtos dela são muito importantes para a construção da memória. Elas têm grande influência e são usadas como ferramentas de reafirmações e fixação de discursos, podendo ainda ser usadas para ressignificar e reconfigurar essa memória de acordo com os ideais daqueles que detêm o poder de instrumentalização dessas ferramentas.

Como motivação, tive desapontamentos pessoais que me levaram a investigar sobre os acontecimentos de junho de 2013, visto que, no calor do momento, o sentimento era de que os protestos realizados significavam uma nova forma de participação política da sociedade no país e, conforme podemos perceber, essa possibilidade de legado de junho de 2013 se concretizou em seu avesso, criando em mim um questionamento que pude perceber que não era só meu. Recupero aqui as palavras de Pablo Ortellado³ em um artigo para a Folha de São Paulo⁴, em junho de 2017, que diz “Como foi possível então que seus desdobramentos tenham contribuído para levar ao poder talvez o mais corrupto dos nossos partidos políticos adotando um programa de governo que consiste basicamente na subtração de direitos?”

Nesse estudo, minha pretensão é fazer uma análise sobre junho de 2013, sob a perspectiva dos conceitos da construção da memória coletiva e da história, que acredito ser um dos elementos essenciais para a criação da história de uma sociedade.

2 CAPÍTULO 1 - AS CONTRUÇÕES DAS MEMÓRIAS

2.1 Práticas de memórias como estratégias de formação histórica

O conceito de memória é um tema refletido e estudado por sociólogos, filósofos e cientistas há séculos. Assim como a maioria dos conceitos, ele é modificado e adequado a determinadas funções e utilizações conforme as diferentes sociedades e momentos históricos. Atualmente, os estudos sobre o tema envolvem predominantemente os conceitos de retenção, seleção e esquecimento que são aplicados de acordo com as construções feitas a partir das vivências e outros estímulos.

Nas ciências sociais, encontramos o estudo do sociólogo francês Maurice Halbwachs, conhecido como responsável pela fundação do campo de estudo relacionado com a memória, através do livro *Les cadres sociaux de la mémoire (Os quadros sociais da memória)* na

³ É professor do curso de Gestão de Políticas Públicas da USP desde 2005. Fez graduação, mestrado e doutorado em filosofia na mesma universidade.

⁴ Artigo “A negação de Junho, quatro anos depois”, de Pablo Ortellado para o Jornal Folha de São Paulo, em 13/06/2017. <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2017/06/1892297-a-negacao-de-junho-quatro-anos-depois.shtml>

década de 1920, que relaciona a memória com o meio social, e que se relaciona com a proposta deste trabalho de falar sobre a construção da memória e da memória histórica (aquela que lemos nos livros e que passamos para as gerações futuras) de um acontecimento.

O conceito de memória coletiva também é tratado pelo autor em seu livro *A Memória Coletiva (1950)*. Halbwachs fez grandes contribuições para os estudos relacionados ao tema ao afirmar que o fenômeno da recordação e da localização das lembranças não pode ser percebido ou analisado sem que seja levado em consideração os contextos históricos e sociais, que servem como base para a construção e reconstrução da memória de cada indivíduo.

Essa reconstrução do passado pode ser interpretada como as lembranças incompletas e uma vez que essas memórias são refeitas, são atravessadas pelo convívio social e pela vivência de cada indivíduo. Essa nova lembrança é construída usando lembranças de outros indivíduos, e nesse sentido, usada para reforçar, enfraquecer, completar ou até invisibilizar a concepção sobre um acontecimento.

Para Halbwachs, mesmo que essa memória seja de uma vivência ou de um objeto que somente um indivíduo viu, ainda assim essa lembrança é atravessada pelo coletivo. Isso porque, segundo o autor, ninguém nunca está "sozinho", os pensamentos são sempre carregados de atravessamentos de outros indivíduos e outras vivências daquela sociedade em que o indivíduo se insere. Nas palavras do sociólogo:

"Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo." (HALBWACHS, 2013, p.39)

2.2 A memória coletiva e a memória individual

Para o autor, além da memória coletiva, podemos identificar uma memória individual, que, de acordo com Jean Duvignaud, autor do prefácio do livro citado de Halbwachs, "está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por instantes" (HALBWACHS, 2006, p. 29). Logo, para o autor, "a rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedade múltiplas em que estamos envolvidos".

A memória individual, então, pode ser entendida com um ponto de vista da memória coletiva. E a memória coletiva pode ser entendida como um mosaico de diferentes memórias individuais, que pode ser alterada de acordo com o grupo social em que o indivíduo está inserido e às relações a que ele está condicionado.

Mas essa memória individual também é mutável e se metamorfoseia e pode ser invadida e modificada. O que deixa claro a complexidade das disputas envolvidas na sociedade contemporânea e reforça o poder do uso da memória como ferramenta de manipulação de conjunturas sociais e políticas. Conforme explica o autor:

"Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transportar a pontos de referências que existem fora de si, determinados pela sociedade. " HALBWACHS, 2013. p. 72)

Esta memória mais particular remete às ideias que compreendem os quadros sociais, porque um indivíduo está sempre interagindo com a sociedade e o meio em que vive e é afetado pelas situações que o atravessam. A memória individual está impregnada e é entrelaçada às memórias coletivas, de modo que essas interações perpassam a maneira como se entende e se percebe os acontecimentos da sociedade e seus discursos (oficiais, historiográficos, grupais, institucionais, singulares).

Essa troca e emaranhado de lembranças, o autor chama de "comunidade afetiva". Tanto nos processamentos de estruturação na memória individual e na sua reconstrução o outro tem uma influência fundamental. Halbwachs (2006) conecta a memória à participação em um grupo social (real ou imaginário), de modo que para acontecer a lembrança é preciso haver a transfiguração de um grupo a outro, mesmo que em pensamento. É nessa habilidade criativa da memória que podemos observar que o procedimento é muito menos de resgate e muito mais criação, tendo como base as experiências, valores, linguagens e signos que nos dizem algo no presente.

Podemos pensar o quanto a memória do indivíduo depende das palavras dos outros, dos registros da memória, das histórias lidas ou contadas, das obras de arte, que são sociais não só em termos do contexto em que estão inseridas, mas por serem produções históricas. Para Halbwachs, a memória depende da linguagem e dos significados constituídos socialmente.

2.3 Memória coletiva e identidade

Além disso, essa memória coletiva contribui para o sentimento de identidade e de pertencimento ao grupo que a compõe. Deste modo, a lembrança coletiva que se destaca é aquela que é, em geral, mais incorporada e lembrada individualmente.

Por ser condicionada ao meio social, essa memória é um campo de disputa, articulação e rearticulação, de acordo com as relações dos grupos e suas interações.

É importante destacar que, apesar dos estudos de Halbwachs abordarem o assunto através do meio social, existem outros fatores que contribuem para a formação da memória, que não serão abordadas neste estudo. Para lembrar e para esquecer também estão em jogo elementos inconscientes como o afeto, a censura, o *habitus*, entre outros.

Outro teórico importante nos estudos sobre memória é a do sociólogo Michael Pollak (1990). Com grande influência das idéias de Halbwachs, define a memória como uma construção do passado feita no presente e também acredita que a construção das lembranças é um fenômeno coletivo. Porém, diferentemente da visão de Halbwachs, o autor defende que as memórias individuais têm uma maior influência na reconstrução de uma lembrança do que os meios sociais. E os indivíduos têm um poder de agência importante na memória coletiva.

Assim como Halbwachs, Pollak também acredita que a memória coletiva é importante para a manutenção do sentimento de pertencimentos dos indivíduos, e do senso de igualdade em um grupo, sendo também usada para diferenciação e demarcação de fronteiras entre os diferentes grupos sociais

Outro ponto importante e semelhante entre os dois autores é a noção de que pelo fato da memória ser uma construção, e estar diretamente relacionada à identidade, ela é mutável e está sempre em um processo de reinterpretação. Uma vez que uma memória é tornada hegemônica, o grupo dominante passa a realizar um trabalho de manutenção para conservação de sua representação.

Para Pollak (1989) a memória é constituída através de uma: “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, e integra [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc”

A memória é seletiva, é resultado dos valores dos indivíduos, do momento histórico e das inclinações dos grupos sociais operantes, que sempre remetem aos conflitos de definição de pertencimento e das identidades (POLLAK, 1989). A memória coletiva é instituída para dar sentido e determinar a maneira do indivíduo se relacionar com o mundo

2.4 Memória coletiva e história

LeGoff, outro autor que investiga o tema, ressalta que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (1990, p. 426). A memória é um campo de disputa travada pelas classes, grupos e indivíduos. Decidir sobre o que deve ser lembrado e conseqüentemente o que deve ser esquecido é uma ferramenta de dominação e controle.

Sobre a construção da história representada em livros de história, memória coletiva e senso comum essa representação em geral é vista como algo compartilhado pelos membros da sociedade representada embora essa visão dos fatos não seja hegemônica nem do ponto de vista dos fatos, nem dos registros, em geral existe uma versão dos fatos que é vista como a verdadeira, "a história vencedora".

Para Pollak, a constituição da memória não é feita somente das experiências vividas dos indivíduos, mas também de experiências aprendidas, herdadas, transmitidas durante o processo de formação. Além disso, essas recordações podem sofrer alterações quando registradas e transmitidas, podendo não serem fiéis à realidade. Essas alterações podem ser feitas de modo deliberado ou não, sendo as responsáveis pelos esquecimentos ou silenciamentos de grupos não hegemônicos ou minorias.

Temos então novamente a memória como uma campo de disputa importante, frequentemente usada como manutenção do status quo. Essa seleção que oferece uma linha de representação para a memória coletiva é definida por Pollak como "enquadramento". Alguns acontecimentos são selecionados em detrimento de outros, ainda que isso não aconteça de modo consciente [mas acontece de modo arbitrário e consciente também]. Nas palavras do autor:

"Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembranças de guerras e de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim

também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não-dito" à contestação e à reivindicação". (POLLAK, 1989, p.89)

Entretanto, ainda que esses outros grupos sociais sejam silenciados ou censurados pela “memória coletiva hegemônica” eles não deixam de produzir suas próprias memórias. Pollak chama essa condição de “memórias subterrâneas”, as lembranças dos grupos marginalizados, clandestinos, minorias políticas. Ainda que elas não possam ser propagadas pelas vias oficiais, elas resistem. As memórias subterrâneas tendem a sobreviver pela sua transferência por vias não formais. Essa disputa oferece a possibilidade dessas memórias subterrâneas a galgar relevância social, rompendo com a ordem vigente, sendo fruto de resistência política e cultural.

Ainda que essas memórias passem a impressão de serem totalmente abstratas e subjetivas, os métodos de arquivagem dessas lembranças são extremamente importantes para a manutenção delas, e conseqüentemente da sua manutenção. O meio como a memória é “guardada”, o material, a linguagem, o acesso, todos são fatores que influenciam diretamente o resgate ou a preservação delas.

Essa preservação propicia a possibilidade de ressurgimento ou rememoração das lembranças, como aponta Foucault, a construção e representação dela são técnicas que permitem que em uma circunstância favorável haja o restauro “sob a forma de consciência histórica”. Nas palavras do autor

a história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispensará sem reconstruí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica –, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas a distância pela diferença, restaurar o seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada.

Os sujeitos encontram nos registros físicos da memória a consciência histórica e se apropriam dela de acordo com o que lhes favorece.

Nora (1993) denomina esse método de arquivagem que não é espontâneo como lugar de memória, fenômeno intrinsecamente relacionado com a construção do sentimento das identidades, isto é, o responsável pela sensação de pertencimento da vida social. Para Nora:

"Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais".

Nessa dinâmica acontece o diálogo entre símbolos que fazem parte da cultura de muitos sujeitos, levando-os a representar como se percebem, como pertencem à cultura, e como se constroem em suas identidades.

Portanto, de acordo com os conceitos apresentados, podemos refletir que o processo de construção da memória é manipulável, está sempre em formação e em disputa, e nunca se consolida. Logo, pode sofrer interferências da sociedade e dos sistemas de poder e dominação, sendo um potente campo de disputa entre a manutenção dos padrões hegemônicos e a suplantação deles.

Ainda que a memória coletiva tenha influência sobre a memória individual, os sujeitos, nesse jogo de construção da história lembrada, também podem desempenhar papéis importantes para a estruturação dessas lembranças coletivas. Sendo suportes de representação extremamente relevantes, pois são através deles que outros sujeitos têm suas memórias disputadas e o coletivo é construído.

Quanto mais as memórias individuais são atravessadas pela memória coletiva dominante, mais a versão dos acontecimentos representada sob a referência desse coletivo é tida como a verdade, mesmo que essa verdade nunca seja estabelecida e finalizada, estando sempre como objeto de disputa. Portanto, as formas de representação usadas para fortalecer uma determinada visão de um evento são extremamente relevantes para definir qual memória coletiva será a dominante neste jogo de disputas pela construção da história.

Os acontecimentos de junho de 2013, são um objeto de estudo pertinente para a discussão do tema por deter características interessantes para a reflexão da representação e construção da memória coletiva e histórica. Como por exemplo a heterogeneidade discursiva marcante nos atos, que para alguns significou uma dispersão do foco principal das chamadas para manifestação, e para outros sinalizou uma absorção das tendências mundial nas construções de manifestações políticas. Ou a quantidade de livros, documentários e teorias

criadas com o objetivo de enquadrar os acontecimentos de alguma forma ou sob uma determinada perspectiva. Ou ainda nos próprios protagonistas dessa heterogeneidade discursiva mencionada, que na tentativa de indicar os motivos pelos quais estavam tomando as ruas da cidade, se expressavam das mais diversas maneiras, em diversos suportes, formando uma miscelânea de cartazes, músicas, desenhos, vídeos etc.

Para entendermos a relação dos acontecimentos de junho de 2013 com o estudos sobre a construção da memória coletiva, analisaremos agora dados, imagens e relatos sobre os atos, que nos ajudaram a entender a singularidade dessas manifestações coletivas.

3 CAPÍTULO 2 - QUEM ERAM OS MANIFESTANTES?

3.1 Contextualização

Oferecemos um olhar em retrospectiva, remetendo-nos aos históricos encontrados na rede, em jornais e em outros estudos acerca dos movimentos contra o aumento da passagem, principal ou inicial reivindicação.

Esse olhar para trás não tem valia apenas como registro, mas fundamentalmente expressa algumas das representações que estavam em disputa, contribuindo para o entendimento temporal dos fatos e com isso contribuí para uma reflexão mais precisa dos acontecimentos.

3.2 História do Movimento Passe Livre

Como já mencionado, a principal reivindicação dos protestos era a diminuição do aumento das passagens, mobilizados pelo Movimento Passe Livre.

Este movimento de luta pela gratuidade do transporte coletivo começou a ganhar notoriedade em 2003, em Salvador, quando estudantes se mobilizaram e paralisaram, quase que diariamente as principais vias da capital baiana, de agosto a setembro, reivindicando a gratuidade do transporte para os estudantes. O episódio ficou conhecido como a Revolta do Buzu e influenciou diversos movimentos semelhantes pelo país no ano seguinte⁵.

Os debates sobre transporte coletivo e direito à cidade já eram discutidos pela Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis, movimento que desencadeou a criação do Movimento Passe Livre durante a Plenária Nacional pelo Passe Livre, realizada em janeiro de 2005, em Porto Alegre no Fórum Social Mundial⁶. Isso demonstra que, apesar dos acontecimentos de Junho de 2013 terem alcançando uma escala nacional, o assunto já era discutido em fóruns estudantis e coletivos há pelo menos dez anos.

Desde sua fundação, o Movimento já trazia como bandeira o apartidarismo e coletivismo presentes nos novos “modelos” de ocupações e protestos mundiais que serão

⁵ “Revolta da Catraca foi uma revolta popular vitoriosa contra aumentos nas tarifas de ônibus de Florianópolis em 2004 e 2005. Em 2004, por conta de um reajuste de 15,6% concedido pela Prefeitura e pelas empresas de ônibus, através do Conselho Municipal dos Transportes, milhares de pessoas saíram às ruas entre os dias 28 de junho e 8 de julho. Já no ano de 2005, os protestos duraram de 30 de maio à 21 de junho, quando a Prefeitura revogou aumento de 8,8%.” <http://tarifazero.org/2009/07/22/revolta-da-catraca/>

⁶ <http://tarifazero.org/2015/02/02/mpl-historia-plenaria-nacional-do-movimento-pelo-passe-livre/>

dissertados no decorrer deste trabalho. É importante ressaltar que a bandeira não é anti-partidarismo. Conforme o coletivo define o MPL no site tarifazero.com⁷:

“Acreditamos em uma nova forma de se fazer política, longe dos partidos políticos. Pressionamos o governo por políticas públicas, mas defendemos na nossa prática cotidiana que existe política além do voto.

Não existe hierarquia neste movimento. Não existe uma direção centralizada onde poucos decidem por muitos. Todos têm igual poder de participação”.

Detalharemos aqui algumas das principais mobilizações em nível nacional referentes às manifestações em protesto pelo aumento da passagem, de acordo com o Movimento Passe Livre (2013, pg.18) 10:

2003 – Revolta do Buzu em Salvador (agosto-setembro).

2004 – Revolta da Catraca barra o aumento em Florianópolis (junho) e aprova lei do passe livre estudantil (26 de outubro); surge o Comitê do Passe Livre em São Paulo.

2005 – Plenária de fundação do MPL -Brasil no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre (janeiro); luta contra o aumento em São Paulo (fevereiro); II Revolta da Catraca barra o aumento em Florianópolis (junho); mobilizações revogam o aumento em Vitória (julho).

2006 – Encontro Nacional do Movimento Passe Livre (junho); luta contra o aumento em São Paulo (novembro-dezembro).

2008 – Grande luta contra o aumento no Distrito Federal (outubro).

2009 – Aprovação do passe livre estudantil no Distrito Federal (julho); ocupação da Secretaria de Transportes em São Paulo (novembro).

2010 – Luta contra o aumento em São Paulo (janeiro)

2011 – Luta contra o aumento em São Paulo e em várias capitais (janeiro a março); mobilizações revogam aumento em Teresina (agosto).

Manifestações tituladas como Revolta do Buzu 2011 (fazendo alusão às manifestações de 2003) acontecem em Salvador

3.3 Resumo dos atos

Na culminação dos protestos, durante o mês de junho de 2013, 353 cidades se envolveram em manifestações coletivas contra o aumento da tarifa do transporte público e no decorrer dos atos contra uma pluralidade de agendas, expostas em diversos suportes, formando um caos criativo de gritos, desenhos, músicas e outras manifestações artísticas

⁷ <http://tarifazero.org/mpl/>

políticas. De acordo com Tulio Kahn, sociólogo formado pela PUC de São Paulo, com mestrado e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, e conselheiro da Fundação Estado Democrático, em artigo para composição do livro “JUNHO DE 2013 - A sociedade enfrenta o Estado”, este é o perfil das novas mobilizações:

- Maioria de manifestantes de classe média alta, mais escolarizados (os “pacíficos”). Diferente do público com que os policiais costumam lidar.
 - Minoria de exaltados, responsáveis por depredações, provocações, confrontos, saques (os “vândalos” ou “baderneiros”). Inclui-se aí a eventual presença de grupos criminosos organizados e de grupos anarquistas.
 - Escala das manifestações: não estamos falando de dezenas de torcedores, mas de centenas de milhares de manifestantes.
 - Mobilização feita pelas redes e novas formas de comunicação: maior rapidez na convocação e disseminação dos fatos; rápida disseminação de imagens e palavras de ordem.
 - Cobertura em tempo real pelos grandes canais de TV e ampla cobertura pelos meios de comunicação. População fotografando e transmitindo imagens ao vivo das ações.
 - Demandas múltiplas, das mais objetivas e concretas, às mais abstratas e morais.
 - Ausência de lideranças ou múltiplas lideranças, o que dificultou a negociação.
 - Ausência de meios de organização durante as manifestações: sem palcos, sem trajeto definido, sem horário de início e encerramento. Sem carros de som, sem megafones etc. - Rejeição a partidos, sindicatos e entidades representativas em geral.
- (2014, p. 124-125)

Visivelmente os manifestantes eram majoritariamente jovens. Protestos de grande magnitude sempre tiveram grande participação da juventude – para citar alguns exemplos na história do país, podemos encontrar grande participação nas marchas dos “caras-pintadas” pelo Impeachment do Presidente Collor (1992) e na luta pelas “Diretas Já” (1983/84), e verificar ainda algumas ocorrências similares no sentido da ar “festivo” ou “Carnavalização política” usando as palavras do sociólogo brasileiro e membro do Observatório Internacional da Democracia Participativa, Rudá Ricci, em seu livro “Nas ruas” (2014), apontando para uma prática incorporada⁸ devido ao histórico de participação política no país. O sociólogo brasileiro aponta as quatro principais características dos movimentos das ruas brasileiras de

⁸ Falaremos mais sobre práticas incorporadas no próximo capítulo

2013: a “Organização em Rede”, o “Confronto com a ordem”, a “Lógica do enxameamento”, e a “Carnavalização política”. Trata-se, nas palavras do autor, de

uma expressão da utopia popular, apartada dos rituais formais e institucionais. Uma festa carnavalizada é uma transgressão autorizada, que rebaixa as autoridades, banaliza o poder instituído, cria novas identidades. Tal potencial inscrito na cultura brasileira se viu atualizado nas manifestações de junho. Cartazes, máscaras, danças, estandartes, camisetas, adesivos, faixas, agrupamentos uniformizados, havia de tudo um pouco (RICCI, 2014: 34)



foto retirada do site “Jornal da saúde integral”⁹

Segundo pesquisas realizadas pelo Datafolha em 19 de junho de 2013, os contínuos movimentos de protestos iniciados no mês de junho tiveram extensivo apoio popular, mesmo aqueles que não foram às ruas, declararam que achavam o movimento legítimo. Os dados da pesquisa realizada pelo CNI-Ibope¹⁰ corroboraram com as conclusões do Datafolha, constatando que, apesar de apenas 9% dos entrevistados terem participado das manifestações

⁹Acessado em 19/11/2017

¹⁰ http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/CNI_IBOPE_edicao%20especial_jul2013_web.pdf

ativamente (indo para as ruas), 89% eram a favor delas e aprovaram o movimento contra o aumento das passagens e por melhores condições de serviços públicos.

A primeira manifestação de envergadura nacional em junho de 2013, pelo menos com repercussão contínua nas mídias tradicionais, de acordo com Gohn (2014), se deu em São Paulo (SP) no dia 6. Depois desta data, ocorreram manifestações na capital nos dias 7 e 12 de junho, no dia 13 aconteceu o quarto ato na cidade e no dia 17 de junho, o quinto ato.

Abaixo reproduzo uma retrospectiva das mobilizações ocorridas no mês de junho, de acordo com Figueiredo (2013, p. 15-22):

6 DE JUNHO

Liderados pelo Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo, cerca de mil manifestantes protestam contra a alta da tarifa dos transportes públicos; a polícia reage com bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha. A agência de classificação de risco Standart & Poor^{”s} coloca a nota do Brasil em perspectiva de risco em função do baixo crescimento do PIB e dos gastos do governo.

7 DE JUNHO

Cerca de cinco mil pessoas bloqueiam a marginal do rio Pinheiros; a polícia utiliza bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha e os manifestantes respondem com pedras. Uma catraca de vidro da estação Faria Lima de metrô é destruída. Quinze pessoas são detidas. Entre os manifestantes, militantes do PSTU, da União da Juventude Socialista e de grêmios estudantis da USP e de escolas particulares. O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, anuncia que pedirá ao governo federal a municipalização da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que incide sobre os combustíveis, para baratear o transporte público.

9 DE JUNHO

A popularidade da presidente Dilma, que era de 65% em março, cai para 57%, segundo o Datafolha.

10 DE JUNHO

Protesto contra o reajuste de passagens de ônibus no Rio de Janeiro reúne 300 pessoas na Cinelândia. Manifestantes destroem tapumes e a polícia reage com bombas de efeito moral e balas de borracha; 31 pessoas são detidas.

11 DE JUNHO

Manifestação convocada pelo MPL, contra o aumento de tarifas, reúne 12 mil pessoas e termina em confronto com a polícia no centro de São Paulo. Um PM fica ferido e ônibus são danificados. O MPL protocola pedido de reunião com a Prefeitura de São Paulo.

12 DE JUNHO

O governador Geraldo Alckmin e o prefeito Fernando Haddad criticam as depredações. O ministério da Justiça, José Eduardo Cardozo, pede à PF que acompanhe as manifestações em São Paulo e no Rio. Em cerimônia de anúncio de crédito para móveis e

eletrodomésticos para beneficiários do programa Minha Casa Minha Vida, a presidente Dilma diz não haver “a menor hipótese” de “descontrole da inflação”. Em reunião de conciliação na sede do Ministério Público de São Paulo, líderes do MPL afirmam não ter mais controle sobre os participantes dos protestos.

13 DE JUNHO

Cerca de 10 mil manifestantes entram em confronto com a polícia na região da Avenida Paulista, em São Paulo. A tropa de choque utiliza bombas e balas de borracha e os manifestantes reagem com pedras e fogos de artifício. Um fotógrafo é ferido por balas de borracha e vários repórteres são atingidos, com a detenção de 50 pessoas. Cerca de 10 mil manifestantes participam de ato no Rio de Janeiro e outras centenas vão para as ruas em Porto Alegre.

14 DE JUNHO

Em discurso na Rocinha, no Rio, a presidente Dilma qualifica os críticos da política econômica de “vendedores do caos”. O ministro José Eduardo Cardozo afirma que a ação da PM paulista foi “arbitrária” e “muito violenta”.

16 DE JUNHO

Manifestações lideradas por estudantes e imigrantes brasileiros reúnem centenas de pessoas em Washington, Berlim e Dublin. No Brasil, guia de conduta compartilhado nas redes sociais ensina como agir em protestos em caso de violência. O governo do estado de São Paulo afirma que não pretende utilizar Polícia Militar, tropa de choque ou balas de borracha nas manifestações convocadas para o dia 17 de junho e convida MPL para reunião.

17 DE JUNHO

230 mil pessoas protestam em 11 estados. Em Brasília, manifestantes ocupam a cobertura do Congresso Nacional; no Rio, a concentração é na Assembleia Legislativa; em São Paulo, representantes de partidos políticos são impedidos de levantar bandeiras. Não há confrontos com a polícia nem prisão de manifestantes. O governador de São Paulo afirma que protestos “fortalecem a democracia”. A presidente Dilma diz que protestos são “legítimos”. O ex-presidente Lula, em sua página no Facebook, declara que manifestações não podem ser encaradas como “coisa de polícia, mas sim de mesa de negociação”. O prefeito de São Paulo não comenta.

18 DE JUNHO

Manifestantes tentam invadir a sede da prefeitura paulistana, saqueiam lojas, queimam cabine da PM e um furgão da TV Record. A polícia reage com cassetetes e gás de pimenta. Vinte mil pessoas ocupam a Avenida Paulista, sem incidentes de violência. No Rio, dez mil se reúnem em São Gonçalo contra o aumento de tarifas do transporte público. O prefeito de São Paulo reúne-se com representantes do MPL e admite rever o aumento. O governador de Minas, Antonio Anastasia, pede apoio da Força Nacional de Segurança para controlar manifestações em Belo Horizonte. A presidente Dilma diz estar ouvindo “as vozes das ruas pela mudança”.

19 DE JUNHO

O governador do estado e o prefeito de São Paulo revogam o aumento das tarifas de ônibus, trens e metrô. O governador do Rio, Sérgio Cabral, anuncia redução de tarifas de transportes coletivos. O MPL convoca ato-festa para celebrar a vitória.

20 DE JUNHO

Mais de um milhão de pessoas vão às ruas em 75 cidades. Em Brasília, a polícia reprime tentativa de invasão do Itamaraty. No Rio, 22 pessoas ficam feridas com confronto entre manifestantes e a polícia. Em Ribeirão Preto, uma pessoa morre atropelada. Em São Paulo, há confronto entre manifestantes e militantes do PT; protestos interrompem tráfego de rodovias que dão acesso à capital. A presidente Dilma prepara “pacote” de medidas para a juventude, prometendo reforço do Programa Ciência sem Fronteiras, ampliação do acesso à universidade e de programas sociais, entre outras medidas.

21 DE JUNHO

O MPL anuncia que não convocará novas manifestações. Em cadeia nacional de TV, a presidente Dilma diz que receberá líderes das manifestações, que “não transigirá com violência”. Promete uma série de medidas de atenção 97 para melhoria dos serviços públicos, entre elas o Programa Mais Médicos. O Congresso promete elaborar o Pacto de Mobilidade Urbana.

22 DE JUNHO

Cerca de 100 mil manifestantes entram em confronto com a polícia na região do estádio do Mineirão, em Belo Horizonte, onde as seleções do Japão e do México disputavam a Copa das Confederações; oito pessoas ficam feridas. A presidente Dilma propõe o Pacto da Mobilidade Urbana e anuncia que se reunirá com governadores e prefeitos.

23 DE JUNHO

No Rio, duas mil pessoas protestam contra a PEC 37 em frente à residência do governador Sérgio Cabral. O governo federal inicia mobilização do Congresso para a aprovação de um pacote anticorrupção.

24 DE JUNHO

Manifestantes depredam ônibus em Brasília, tomam as ruas do Rio e bloqueiam rodovias na Baixada Santista e em Goiânia, onde duas mulheres morrem atropeladas. A presidente Dilma recebe os líderes do Movimento Passe Livre em Brasília. No mesmo dia, propõe Constituinte para reforma política.

25 DE JUNHO

Sem apoio, Dilma desiste de Constituinte para reforma política e encaminha ao Congresso mensagem propondo plebiscito. A Câmara dos Deputados rejeita a PEC 37, que limitava o âmbito da atuação do Ministério Público.

26 DE JUNHO

Cinquenta mil manifestantes confrontam a polícia em Belo Horizonte, durante jogo em que o Brasil vence o Uruguai e se classifica para a final da Copa das Confederações. Dois mil manifestantes entregam pauta de reivindicações sobre transportes públicos ao governador

Eduardo Campos, em Recife, e milhares vão às ruas em Brasília em várias cidades do Rio Grande do Sul. O Senado define corrupção como crime hediondo e a proposta segue para a Câmara. Os deputados aprovam o projeto que vincula recursos de royalties do petróleo à saúde e à educação. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprova emenda que instituiu voto aberto para cassação de mandato de parlamentar por falta de decoro e por condenação criminal.

27 DE JUNHO

Manifestantes incendiam carro da TV Diário e entram em choque com a polícia em Fortaleza, próximo do estádio do Castelão, durante jogo entre Espanha e Itália. Cinco policiais são feridos e 84 pessoas, detidas.

28 DE JUNHO

O deputado Natan Donadon, de Rondônia, se entrega à Polícia Federal. É o primeiro parlamentar preso no exercício do mandato desde 1974. A Bovespa registra o pior semestre desde 2008.

29 DE JUNHO

A popularidade da presidente Dilma cai 27 pontos percentuais em relação a março de 2013, segundo o Datafolha.

30 DE JUNHO

Setenta mil pessoas cantam o Hino Nacional Brasileiro à capela no Maracanã, antes do jogo em que se enfrentaram Brasil e Espanha, no final da Copa das Confederações de 2013.

3.4 Perfil dos manifestantes

3.4.1 Composição social

No que diz respeito à formação sociodemográfica, é possível perceber uma diversidade de gerações e faixas etárias dos manifestantes, sendo a maioria jovens; de diferentes classes e etnias. Foi um movimento de alcance nacional, ocorrendo em todas as regiões do país. Foi marcado pela ocupação das ruas, pelo uso intensivo das novas mídias (antes, durante e depois dos atos: para convocação, para registro e compartilhamento) e apresentou tanto uma característica festiva quanto uma feição violenta.

Quanto à orientação política, a heterogeneidade também foi uma característica dominante, principalmente quando os atos alcançaram grandes proporções. O movimento em alguns momentos assumiu um caráter interpartidário. Em outros, houve uma repulsa à bandeiras de organizações partidárias, ao ponto de pessoas visualmente ligadas a partidos serem rechaçadas. As manifestações foram extremamente heterogêneas também quanto às

agendas. Esse fato, inclusive, foi extremamente criticado por tornar o movimento confuso de acordo com alguns pontos de vista. Além disso, foi totalmente descentralizado, no qual destacou-se a ausência de lideranças únicas, sobressaindo a presença de coletivos de discussão.

Essa horizontalização do movimento fez com que muitos grupos políticos agissem para tentar qualificar os atores responsáveis, a formação social dos manifestantes e a produção de determinações das causas da mobilização. Entretanto, esse anseio por rápidos diagnósticos são provas das disputas de sentido e interpretação da realidade para fortalecer uma construção específica dos acontecimentos, de acordo com os interesses de cada grupo social.

Existe uma interessante discordância quanto a composição dos manifestantes, enquanto alguns estudiosos defendem que a maioria era de proletários, outros sustentam que a majoritariedade era de classe média¹¹ e existem ainda os que definem essa maioria como a “nova classe média”. Analisaremos essas perspectivas a seguir:

Em uma matéria feita para o site Brasil de Fato¹², publicada dia 2 de agosto de 2013, o Professor Titular de Ciência Política da Unicamp, editor da revista Crítica Marxista e um dos fundadores do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) do IFCH-Unicamp, Armando Boito Jr. afirmou que:

“As manifestações não foram obra do “povo” ou da “juventude”, e nem esse processo político pode ser caracterizado com uma referência genérica ao “governo” e à “oposição”. As manifestações tiveram como base majoritária uma fração da classe média e o processo político no qual se inseriram encontra-se polarizado entre os programas burgueses neo desenvolvimentista, representado pelo governo, e o neoliberal ortodoxo, representado pela oposição burguesa aglutinada no declinante PSDB.”

Para Armando Boito as reivindicações eram por transporte público, saúde pública, educação pública. “Um grito por mais Estado”, feito por uma classe média de alta escolaridade desiludida com as projeções empregatícias e salariais e não satisfeita com os avanços dos direitos sociais criados nos governos Lula/Dilma.

Porém, compreendemos que o estouro das Jornadas de Junho em 2013 por parte de uma população que em nenhum outro momento de sua história teve condições de vida menos

¹¹ Por limitação de tema e temporal deste trabalho, não avançaremos em estudos sobre a discussão sociológica em torno da definição de “classe média” que é complexa, ainda que não seja recente.

¹² <https://www.brasildefato.com.br/node/15386/>

indignas do que agora, guarda sua explicação em dois pontos fundamentais: a chegada da crise internacional do capitalismo ao Brasil e o esgotamento do projeto petista de governo.

Outro ponto de vista, defendido por Ruy Braga, é que os manifestantes eram formados por uma camada de trabalhadores denominada precariado¹³. O professor do departamento de sociologia da USP, explica que o proletariado precarizado existe desde o início do capitalismo histórico. Em seu livro *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*, Braga remete a Karl Marx para determinar o entendimento de precariado como exército industrial de reserva, termo criado por Marx para nomear o grupo de trabalhadores desempregados que excedem as necessidades do mercado. Em seu artigo escrito para o livro *Cidades Rebeldes*¹⁴, chamado *Sob a sombra do precariado*, Braga diz que:

Se os grupos pauperizados que dependem do programa Bolsa Família e os setores organizados da classe trabalhadora que em anos recentes conquistaram aumentos salariais acima da inflação ainda não entraram na cena política, o “precariado” – a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados – está nas ruas manifestando sua insatisfação com o atual modelo de desenvolvimento.

Dadas as devidas proporções, podemos usar esses pontos de vistas para desvencilhar o que é chamado por uma parte de economistas e sociólogos como “a nova classe média¹⁵”. Uma camada formada por ascendentes das classes D e C, trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem de baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho, que galgaram mobilidade social positiva, seja através de programas sociais federais ou do aumento do salário mínimo e com isso passaram a demandar do mercado e Estado não apenas melhores remunerações de trabalho, mas também serviços públicos de qualidade, saúde, educação, mobilidade urbana, direito à cidade etc e percepção de uma classe política assolada pela corrupção e a negligência.

Em uma entrevista, a então presidenta do Brasil Dilma Rousseff disse que “sair da miséria é só um começo. É um começo de outras reivindicações.”¹⁶

¹³ Resultado da junção das palavras proletário e precário. Existe uma discussão sobre as definições de precariado e novo proletariado, que não afetam o entendimento das discussões trazidas neste trabalho.

¹⁴ *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 82.

¹⁵ Não aprofundaremos neste trabalhos os conceitos de classe e parâmetros de medição das camadas sociais.

¹⁶ https://brasil.elpais.com/brasil/2013/11/26/politica/1385435951_832236.html

Em uma matéria publicada no portal EBC no dia 27 de junho de 2013¹⁷, o então ministro interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcelo Neri, avaliou os acontecimentos como um grito de insatisfação da “velha nova classe média”.

“Uma possibilidade é que essa nova classe média seja a 'velha nova classe média'. Ela vem ascendendo há dez anos, são 40 milhões de pessoas que, talvez, queiram outras coisas além do ganho de renda e do trabalho, como educação de qualidade e de saúde”, disse o ministro.”

Ainda na entrevista, Neri, acrescentou que os avanços da última década aceleraram a queda da desigualdade. A renda dos brasileiros 10% mais pobres, por exemplo, cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos. Já o rendimento de uma família chefiada por analfabeto subiu 88,6%, no período.

“Não está claro quem são [os manifestantes], mas suspeito que não seja mulher negra de periferia”

Entretanto, é importante destacar que existe uma disputa sobre o uso do termo “nova classe média”.

No Brasil, o padrão de classe média apresenta singularidade na sua conformação, a começar pela inconclusa formação nacional e o correspondente enxugamento do setor industrial, mesmo antes de ele haver se consolidado. A formação da classe média brasileira teve como ponto de partida a industrialização pesada promovida pelo governo Juscelino Kubitschek através do Plano de Metas. No entanto, foi no período do “milagre econômico” da Ditadura Militar que a classe média alçou seu voo, estimulada pelas políticas de moradia, crédito e consumo, em um período em que se intensificaram as desigualdades sociais. Com isso, ao mesmo tempo em que havia a consolidação de uma classe média, avançava, também, a pauperização dos trabalhadores, que constituíram um verdadeiro “exército de serviçais” na nascente classe média.

Marilena Chauí salienta que a partir do momento em que se estabelece na sociedade neoliberal regida pelo capitalismo contemporâneo a “medialização”¹⁸ das classes, abre-se espaço para o incentivo à privatização dos direitos sociais. A compra e venda em forma de

¹⁷ <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/manifestacoes-refletem-insatisfacoes-da-velha-nova-classe-media-diz-ministro>

¹⁸ termo usado pela Marilena Chauí

serviço do que deveria ser um direito garantido pelo Estado. Chauí e Pochmann¹⁹ defendem que a classificação social deve levar em consideração desigualdade social e outros fatores como acesso à informação, distribuição de renda e o gasto com despesas essenciais como moradia e alimentação .

Em suma, pela diversidade de conclusões sobre a composição social dos manifestantes, pode-se compreender e supôr a procedência da heterogeneidade discursiva destacada nos atos. Sabendo que de fato a majoritariedade não era de um movimento sólido, nem socialmente, politicamente, culturalmente ou economicamente. Conforme veremos a seguir em estatísticas e pesquisas quantitativas realizadas por institutos de medição sobre os acontecimentos de junho de 2013.

3.4.2 Pesquisas quantitativas sobre a composição dos manifestantes

Exploraremos agora, algumas pesquisas realizadas durante as manifestações sobre seus participantes. Antecipo que por usarmos pesquisas de institutos diferentes, com parâmetros de medições próprios, nossas conclusões não têm o intuito de revelar uma verdade, esse nunca foi o propósito deste trabalho, que inclusive tratará das disputas de sentido. O intuito é, agora que já conhecemos as diferentes visões sobre a composição dos manifestantes, conhecer dados e estatísticas mensuráveis para prosseguirmos com esse estudo sobre as disputas de memória oriundas da heterogeneidade discursiva característica destes atos.

No Quadro 1 é possível constatar que a maioria dos manifestantes eram de jovens e jovens adultos , com idade entre 12 e 25 anos e somados com os adultos com idade até 35 anos constituem mais de 80% do grupo em todas as capitais analisadas.

¹⁹ livro “ O mito da grande classe média”

Tabela 1

	São Paulo (17/06)	São Paulo (20/06)	Vários Estados (20/6) SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília	Rio de Janeiro (20/06)	Belo horizonte (22/6)	Recife (27/6)
	Fonte: Data Folha ²⁰	Fonte: Data Folha	Fonte: Ibope	Fonte: Plus Marketing	Fonte: Innovare	Fonte: IPMN
Mais jovens	53% (12 a 25 anos)	51% (12 a 25 anos)	43% (14 a 24 anos)	41% (15 a 24 anos)	55% (Até 25 anos)	15,0% (até 24 anos)
Medianos	35% (26 a 35 anos)	31% (26 a 35 anos)	38% (25 a 39 anos)	38% (25 a 34 anos)	29% (26 a 39 anos)	22,6% (25 a 34 anos)
Mais velhos	12% (acima de 36 anos)	19% (acima de 36 anos)	19% (acima de 40 anos)	20% (acima de 35 anos)	17% (acima de 40 anos)	

Quanto à escolaridade dos manifestantes, podemos perceber através das pesquisas que era escolarizada, em São Paulo e em Belo Horizonte a maioria dos manifestantes tinham o ensino superior completo.

Tabela 2

	São Paulo (17/06)	São Paulo (20/06)	Vários Estados (20/6) SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília	Rio de Janeiro (20/06)	Belo horizonte (22/6)	Recife (27/6)
	Fonte: Data Folha	Fonte: Data Folha	Fonte: Ibope	Fonte: Plus Marketing	Fonte: Innovare	Fonte: IPMN
Ensino Fundamental	1%	2%	8%	14%	4%	25,4 %
Ensino Médio	22%	20%	49% (médio e superior incompleto)	52% (médio e superior incompleto)	31%	42,0%
Superior	77%	78%	43% (superior completo)	34% (superior completo)	66%	5,9%

Outro dado interessante é que a maioria dos entrevistados, tanto na pesquisa com com as 8 capitais, quanto no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, tinham renda de entre 2 a 5 salários mínimos.

²⁰ <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/19/contagagem-manifestacao-lgo-da-batata.pdf>

Tabela 3

	Vários Estados (20/6) SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília	Rio de Janeiro (20/06)	Belo horizonte (22/6)
	Fonte: Ibope	Fonte: Plus Marketing	Fonte: Innovare
Até 2 salários mínimos	34%	15%	20%
De 2 a 5 salários mínimos	54%	30%	36%
De 5 a 10 salários mínimos	1%	26%	24%
Mais de 10 salários mínimos	10%	23%	21%

Outros dados interessante apareceram na pesquisa já mencionada, realizada pelo Datafolha em São Paulo, que mostrou que 71% dos manifestantes estavam participando pela primeira vez na vida de um protesto. As informações apresentadas sugerem ainda que os manifestantes de São Paulo, na maioria, são homens, exercem alguma atividade laboral, possuem formação superior e têm idade até 35 anos. Constatamos, portanto, predomínio de específica segmentação socioeconômica em duas manifestações ocorridas na capital paulista, qual seja: manifestantes jovens-maduros (faixa etária entre 21 e 35 anos), com formação superior, do sexo masculino e estão empregados. Levando em consideração que segundo o Censo de 2010 do IBGE, 11,6% da população paulistana tem formação superior completa, essa maioria com alta escolarização é importante.

Na pesquisa da empresa de consultoria Plus Marketing na passeata de 20 de junho de 2013 no Rio de Janeiro, 70,4% dos manifestantes estavam empregados e idade média era de 28 anos, ou seja, a faixa etária dos que entraram no mercado de trabalho nos últimos dez anos. Dados colhidos em Belo Horizonte apontam na mesma direção.

Durante as passeatas do mês de junho de 2013 o Ibope realizou uma pesquisa que apresentou que os problemas mais alegados pelos protestantes eram a saúde (78%), a segurança pública (55%) e a educação (52%). Ademais, 77% dos entrevistados mencionaram a melhoria do transporte público como a principal razão dos protestos.

Ao se apresentar como uma ação da juventude e escolarizada o movimento assume a aparência, do ponto de vista macroscópico, de ser homogêneo ou de massas, ainda que, efetivamente, seja heterogêneo do ponto de vista econômico, social e político.

No transcorrer do mês de junho de 2013, dois milhões de brasileiros ocuparam as ruas em 483 municípios. No dia 20 de junho, 1 milhão de pessoas espalhadas por todo o país se mobilizaram impulsionadas pelo lema “Vem pra Rua”. Concentrações de pessoas desta envergadura no país somente foram realizadas nos anos de 1992, em virtude do processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Melo; em 1984, durante o movimento Diretas Já, que pedia o retorno da democracia; e na década de 1960, em greves e paralisações pré-golpe militar de 1964.

4 CAPÍTULO 3 - MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E POLÍTICA

4.1 Contextualização

Conforme já tratado no capítulo anterior, a heterogeneidade discursiva presente nas manifestações foi um ponto marcante que deve ser analisado. Diferencialmente das manifestações históricas do país até então, os movimentos populares ocorridos em junho de 2013 formaram-se e operaram sob a bandeira do apartidarismo, mantendo a independência em relação ao governo e às demais bandeiras, como ressalta Marcos Nobre (2013). O historiador ainda discorre que:

[...] ao contrário de 1984 e de 1992, nenhum tipo de narrativa unificada se colocou de modelo para a formação de um movimento. Não é de um movimento que se trata, mas interpretações divergem sobre o que aconteceu. A ideia mesma de que seja estudos semióticos. (NOBRE, 2013a, p. 14)

Para isso, este capítulo será uma espécie de peças de uma construção com pequenas descrições divididas entre observações, fatos e hipóteses, baseados em minhas vivências nos atos, nos estudos que li para este projeto, notícias e pesquisas do capítulo anterior. Dessa forma, espero contribuir para a compreensão de um acontecimento que já está em uma fase representativa, ou seja, “a colocação em forma literária ou escrita do discurso levada ao conhecimento dos leitores de história” (RICOEUR, 2007, p. 147). E em um acirrado campo de disputa (de memória e político) que pretende dar formato, motivos, derrotados e vitoriosos, na medida em que ela trabalha com o acabamento, transformando a memória do passado em memória do futuro que é a memória do herói, segundo Bakhtin (1985).

Neste sentido, exercitar um olhar que mantém um estado de abertura do objeto é simultaneamente uma opção metodológica e uma aposta política. Se tratando de uma narrativa sobre disputa de memória e construção da memória coletiva.

É claro que os atravessamentos entre arte e política são muito utilizados nas construções de memórias, na construção de senso comum e assimilação da história vencedora quando consideramos as atividades políticas que procuram suporte na estética, ou o contrário, as atividades artísticas que se fazem políticas. Para compreendermos como o recorte das “Manifestações de Junho” poderiam se inserir nesse enquadramento, traçaremos uma linha de raciocínio que justifique esta comparação, através de um retrato temático.

O professor e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da PUC/SP, Miguel Chaia, que é autor do texto “Artivismo – Arte e Política Hoje” (2007) e dos livros “Arte e Política” (2007) e “Mídia e Política” (2012) sustenta o quão usado é o movimento artivista²¹, adquirindo a forma de ativismo artístico ou de ativismo cultural. E ressalta a instrumentalização da arte (ou o objetivo do artivista) como formadora de consciência do outro.

Pode-se falar em realismo também por incorporar à arte uma certa instrumentalização, dando a ela uma função sócio-política, que vai desde a formação de consciência do outro, passando pela educação, até o fomento da mobilização. Pode-se ter, então, a metáfora do artista como gatilho de futuros desdobramentos sociais.
Artivismo – Política e Arte Hoje (CHAIA, 2008, p. 11).

Entretanto, ressaltamos que os estudos culturais e antropológicos têm destacado nos últimos anos que essas manifestações não tem o intuito, em nenhuma perspectiva, de tomar o poder ou controle do Estado, mas sim de uma alteração no seu *modus operandi*.

4.2 Performances Artivistas

Ainda utilizando as explicações de Miguel Chaia no texto já citado “Artivismo – Arte e Política Hoje” (2007), entendemos que o ativismo cultural aproxima-se da anti-arte, ao deixar de lado a contemplação inspirada na estética em favor da provocação dos espectadores. Segundo Chaia, o artivismo distingue-se pelo uso de métodos colaborativos de execução do trabalho e de disseminação dos resultados obtidos. Desta forma, é característico desse tipo de

²¹ Na contemporaneidade, a relação entre arte e política estreita-se profundamente ao se considerar as atividades artísticas que se querem políticas ou as práticas políticas que procuram suporte na estética. Dois momentos podem ser assinalados na origem do artivismo, bastante presente nos dias atuais, assumindo a forma de ativismo artístico ou ativismo cultural.

O primeiro momento encontra-se nos movimentos sociais que ocorreram a partir do final da década de 60, como a luta pelos direitos civis, as manifestações contra a Guerra do Vietnã, as mobilizações estudantis e a contracultura. Essas séries de eventos constituem referências que se perpetuam para acionar o artivismo na contemporaneidade. Nesta direção ganha significado especial o situacionismo, centrado na prática e nos escritos de Guy Debord (“A Sociedade do Espetáculo”, livro publicado em 1967), que elabora uma concepção crítica da sociedade, desmontando a economia capitalista e definindo espetáculo enquanto conjunto de relações sociais determinadas pelo sujeito-capital que atingiu tal grau de acumulação que se torna imagem e, entre tantas conseqüências, desnatura o valor da arte. O situacionismo aponta, assim, para a urgência da ação na sociedade e propõe não apenas a necessidade de superação da política, mas também da arte. Uma das formas de sabotar a sociedade capitalista é imprimindo novo significado à arte, gerando a anti-arte, capaz então de permitir novas possibilidades de ampliação da vida.

O segundo momento para se pensar a origem do artivismo é mais recente e refere-se à produção das novas tecnologias, que ganham intensidade a partir de meados dos anos 90. Assim, os meios de comunicação de massa, a Internet e as conquistas tecnológicas adjacentes constituem suportes para ampliar o potencial de artistas políticos e alastrar o campo de ação do artivismo. (Revista Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política, Volume 1, 2017, p.9 - artigo: Artivismo – Política e Arte Hoje, Miguel Chaia)

arte política a participação direta, configurando formatos de situações que vai do artista crítico até o engajado ou militante.

Em tratando-se de performances artísticas, podemos fazer uso do conceito de Goffman de Performances – de arte, rituais, ou da vida cotidiana – defendidos como “comportamentos restaurados”, “comportamentos duas vezes experienciados”. Ações pelas quais as pessoas são moldadas a reproduzir na vida cotidiana, um habitus, visto através dos conceitos de Durkheim para designar um estado geral dos indivíduos, estado interior e profundo, que orienta suas ações de forma durável (Dubar, 2000; Bourdieu, 1983a; Lahire, 1999).

Entendendo que a vida cotidiana também está estabelecida em rituais e práticas e do costume incorporado de comportamentos culturais, podemos considerar as manifestações de Junho como performances dos seres sociais.

No livro “O que é performance?”, o professor de Estudos da Performance (Performance Studies) na Tisch School of the Arts da Universidade de Nova Iorque, Richard Schechner é ainda mais específico ao enquadrar as atividades da vida pública, citando especificamente as rebeliões e manifestações coletivas, como performances dos seres sociais. Em suas palavras:

As atividades da vida pública – algumas vezes calmas, outras tumultuadas; algumas vezes visíveis, outras mascaradas – são performances coletivas. Estas atividades variam, desde política sancionada até demonstrações populares e outras formas de protesto, e até mesmo a revolução. Os realizadores destas ações tencionam mudar as coisas, manter o estado das coisas, ou, mais comumente, encontrar ou definir um lugar comum. Uma revolução ou uma guerra civil acontece quando os envolvidos não desistem e não existe senso em comum. (SCHECHNER, 2006:3)

Encontramos também respaldo nos conceitos de “Restored Behaviour” (SCHECHNER, 2006: 3), traduzido como “Comportamento Restaurado”, para definir as ações que são repetidas através de treino e aprendizado.

Tendo esses conceitos como referência e levando em consideração que o Brasil tem um histórico de manifestações festivas espetacularizadas, como por exemplo a marcha dos “cara-pintadas” pelo Impeachment do Presidente Collor (1992) e antes disso na luta pelas “Diretas Já” (1983/84), podemos tratar o episódio desse estudo como um comportamento restaurado, uma performance ativista.

4.3.1 Vem pra rua que o gigante acordou

A diversidade de pautas provocaram, por consequência, uma variedade de manifestações e expressões artísticas-políticas derivadas dos atos. O grito de guerra principal das manifestações, o “VEM PRA RUA”, foi uma apropriação de uma canção criada para ser *jingle* da campanha publicitária da FIAT para a Copa das Confederações FIFA de 2013 que foi tomado como convocação para as manifestações através de grito de guerra, cartazes ou desenhos e *hashtag* usada em marcações nas redes sociais.



Imagem retirada do site plugcitarios.com²³

Foto: Normando Sóracles/Agência Miséria²⁴

Outro grito de guerra muito utilizado durante os protestos que também foi apropriado e ressignificado foi “O Gigante Acordou”, originalmente citada em um comercial de whisky da marca Johnnie Walker.

²³ Acessado em 31/11/2017

²⁴ Acessado em 31/11/2017

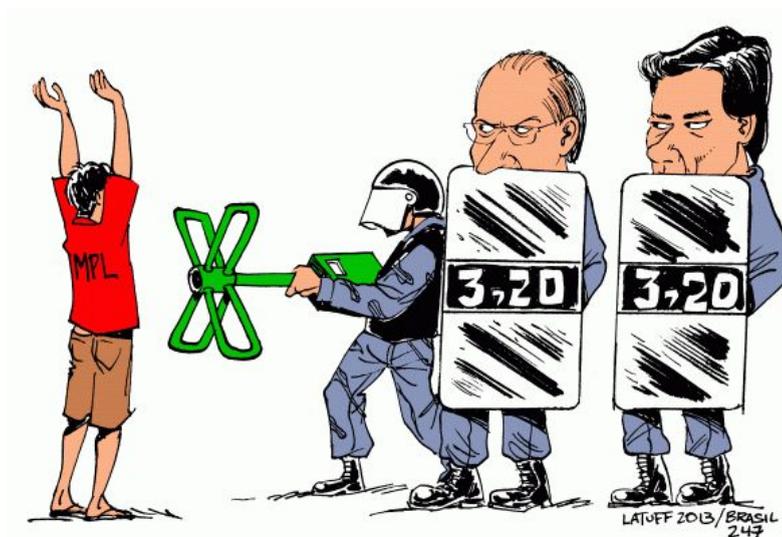


Print Screen do comercial da Johnnie Walker²⁵



²⁵ Acessado em 19/11/2017

4.3.2 A truculência policial



fotografia retirada do site latuffcartoons.com²⁶

As policiais estaduais, em ações mais acompanhadas midiaticamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, reagiram aos protestos de maneira extremamente violenta, oferecendo cenas de violação de direitos básicos constituintes. As ações foram primeiramente incentivadas pela grande mídia, porém, a participação de registro e compartilhamento dos participantes de imagens e vídeos através das redes sociais, fizeram com que a maioria dos brasileiros confrontarem essa primeira leitura das grandes mídias e apoiassem ainda mais as manifestações, tendo sido extremamente importante para a abrangência dos acontecimentos. Nos atos seguintes, a violência policial atingiu não somente os manifestantes, mas também os próprios jornalistas que faziam a cobertura dos protestos. De acordo com um relatório da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, 24 jornalistas foram feridos ou detidos pela Polícia de São Paulo em um dos dias mais violentos das manifestações e 14 deles informaram à ABRAJI que as ações foram propositais (ABRAJI, 2013). O repórter fotográfico Sérgio Silva, da agência Futura Press, perdeu a visão do olho esquerdo após ser atingido por uma bala de borracha. O seu colega de profissão, Fábio Braga, também foi atingido, com três disparos de bala de borracha. Piero Locatelli, repórter da Carta Capital, foi detido por portar vinagre na mochila. A também repórter Giuliana Vallone, da Folha de São Paulo, foi ferida por um policial militar que atirou balas de borracha deliberadamente em um grupo de pessoas que estavam próximas a um estacionamento na rua Augusta, em sua maioria

²⁶ Acessado em 1/12/17

jornalistas, longe do grosso da manifestação. A imagem do rosto ensanguentado da jovem repórter correu o noticiário e serviu para que fosse realizado um ponto de inflexão nos editoriais. Se nas primeiras manifestações os jornais incitavam o poder público a serem firmes com os “baderneiros”, após essas ocorrências eles indicavam a Polícia como a responsável pela violência.

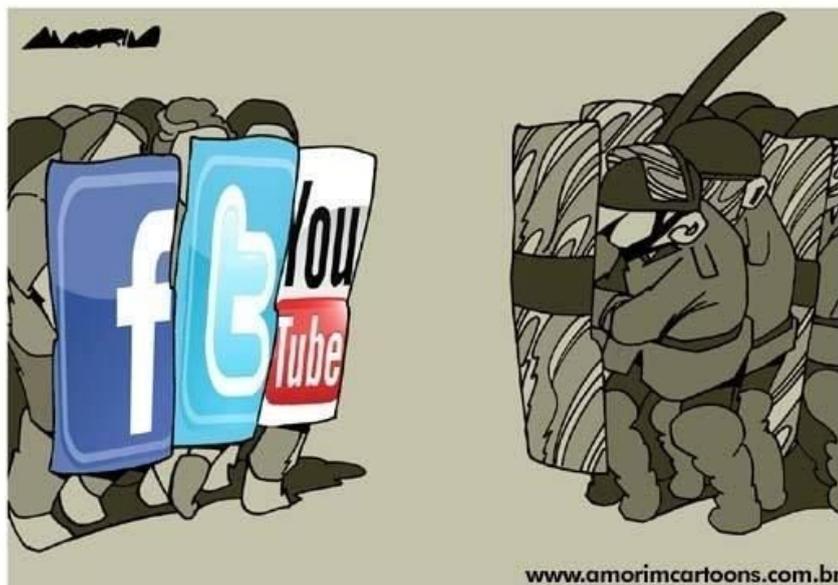
Durante os primeiros atos, era possível ouvir a multidão de pessoas cantar “Sem violência!” ou “Fora, PM!” e logo após a reviravolta da opinião pública que pressionou os governadores a não permitirem as intervenções violentas, ao longo dos seguintes atos os manifestante gritavam “Que coincidência, não tem polícia, não tem violência!”

Para exemplificar, basta compararmos a atuação da polícia militar nas diferentes capitais. As respostas do Estado à cidade se transformaram no decorrer dos atos, o que aponta a potência política dos sujeitos atuantes nas ruas e nas mídias sociais, evidenciando as disputas do jogo político brasileiro. No caso da polícia de São Paulo, até o ato do dia 13 de junho, as manifestações foram reprimidas violentamente e após as reviravoltas causadas pelas interferências das redes sociais e da grande mídia, que antes tratavam os manifestantes como “vândalos e baderneiros”. Após esse dia, curioso observar como a polícia, que dias antes reprimia qualquer manifestação que atrapalhasse o trânsito de carros na capital, passou a escoltar os manifestantes que ocupavam ruas e estradas no Estado de São Paulo.

No dia 28 de Junho, no Rio de Janeiro, duas atrizes fizeram uma performance²⁷ na praia de copacabana para denunciar a violência policial nas manifestações e na favela da Maré.

²⁷ https://apublica.org/2014/03/morri-na-mare-assista-ao-minidoc/morriamare_0-4-reduzida/

4.3.3 A reação à imprensa



retirado do site amorimcartoons.com.br²⁸

De forma independente ao que era vinculado aos jornais e ao noticiário de rádio, TV e internet, vários grupos, de maneira difusa, já estavam desde as primeiras manifestações difundindo informações, algumas em tempo real e sem qualquer apuração, sobre o que ocorria nas ruas em ferramentas como o serviço de vídeo youtube, ou de mensagens como twitter e o facebook.

Através da internet e das redes sociais as imagens dos protestos ecoaram pelo mundo, tendo tido essa ferramenta papel essencial na articulação e divulgação dos acontecimento.

Em seu artigo escrito para o Livro cidades rebeldes chamado “Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas”, Leonardo Sakamoto diz que:

Essas tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social.

²⁸ Acessado em 30/11/2017

E a importância das mídias independentes como por exemplo a MÍDIA NINJA que transmitiam os atos em tempo real, contando ainda com a cobertura dos próprios manifestantes, se tornou clara conforme os atos foram ganhando força, notoriedade e adesão.

Um estudo divulgado no site da Brandviewer, uma ferramenta de monitoramento de redes sociais, mostrou que a hashtag “Vem Pra Rua” impactou 80,1 milhões de usuários do Twitter, sendo a principal sobre o assunto. Outra hashtag amplamente utilizada pelos internautas foi “O Gigante Acordou”, com 60 milhões de usuários impactados. De acordo com o site Statigram, a #VemPraRua reúne atualmente mais de 650 mil fotos no aplicativo Instagram e a #OGiganteAcordou, mais de 455 mil.

O público interessado era noticiado e noticiava, com um surpreendente acervo coletivo de fotos, textos e imagens atualizado e disponível no celular. Nesse aspecto, as manifestações de junho de 2013, trouxeram uma novidade, não pelo uso da tecnologia per se, mas pela ampliação de seu uso para fins políticos em uma escala ainda não vista no país. Amplas mobilizações com o uso de redes sociais já haviam ocorrido nos Estados Unidos, na Síria, no Egito. Em 2013, foi a vez do Brasil.

Foi depois dessa percepção geral do poder de mobilização nas redes sociais na política nacional, que grupos conservadores começaram a se organizar, aproveitando a multiplicidade de pautas já mencionada para levantar bandeiras progressistas e libertistas.



Foto retirada do site folhapolitica.org²⁹

²⁹ Acessado em 3/12/2017

Cabe ainda um alerta da existência de truques que podem camuflar situações de adesão na forma de perfis falsos nas redes ou na replicação artificial, como no caso do Twitter, em que se forjam dados e fluxos fantasmagóricos. Nesse campo de disputa existem ainda as notícias falsas e os conteúdos alterados, usados para manipular a opinião pública e o senso comum.

4.3.4 A reação aos partidos



*Retirado de blog do Tarso*³⁰

A carência de representatividade dos partidos e lideranças políticas pode explicar como os protestos acabaram atraindo grupos anti partidaristas, com discurso de ódio aos partidos políticos e a política do status quo, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Ibope³¹ no dia 20 de junho de 2013, 89% dos manifestantes que participaram do ato naquele dia não se sentiam representados por nenhum partido político. A insatisfação com os governos federal, estadual e municipal, e com os partidos políticos, que fora catalisada por um movimento apartidário de esquerda como o Movimento Passe Livre, acabou sendo a oportunidade para que outros movimentos apartidários, de diferentes linhas, e sem tanta força

³⁰ Acessado em 4/12/2017

³¹ link para pesquisa: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>

de mobilização, aproveitassem o calor do momento e fossem para as ruas. Essa insatisfação tinha as mais variadas causas, como a continuidade do governo do Partido dos Trabalhadores na presidência, os gastos e as denúncias de corrupção envolvendo a Copa do Mundo, o julgamento dos réus do mensalão, a proposta de Emenda Constitucional nº37 que limitava o poder de investigação do Ministério Público, entre outras.

Eu presenciei em um dos protestos que participei a expulsão, chegando ao ponto de um princípio de tumulto e violência física contra pessoas tentavam hastear bandeiras de partidos políticos de esquerda, acompanhados de gritos de “Sem partido!”.

Outros gritos de guerra entoados em outros momentos foram ”Sem bandeira”, “Não é comício”, “Oportunistas” e “O povo unido protesta sem partido”.

Nas manifestações mais numerosas não foram raros os casos em que militantes de partidos e movimentos de esquerda foram hostilizados e/ou agredidos. Esse fato revela não só novas formas de organização política e uma crise de representatividade de algumas forças tradicionais, como também a diversidade de posicionamentos que se apresentavam em alguns momentos.

A difusão das ideias anti partidaristas e afugentamento de militantes de esquerda levou os diversos grupos engajados na luta contra a tarifa a reavaliarem seus próximos passos. Se na segunda-feira (17/06) já era sensível uma outra disputa política nas ruas de São Paulo, marcada por uma diversidade muito maior de sujeitos, grupos e pautas, na quinta-feira (20/06) houve uma inflexão radical, dando lugar a uma tentativa de captura e direcionamento do capital político acumulado nas ruas.

O rastro que aí seguimos foi daquela imagem que a grande imprensa corporativa buscou estabelecer: a revolta estava dirigida ao sistema político de partidos. Imagem vitoriosa, conforme verificamos nos anos posteriores.

4.3.5 Movimentos conservadores



*Retirado do blog do Tarso*³²

Essa crítica ao Estado atraiu pessoas que simpatizam com ideias conservadoras ou eram da oposição. Ainda no calor da manifestação, outra pequena parcela conservadora podia ser destacada, formada por pessoas de pensamento reacionário, que defendiam os valores tradicionais católicos e anticomunistas. Essa comunidade chegou a organizar uma passeata em julho na cidade em São Paulo, mas com pouquíssima adesão.

É perceptível que após Junho de 2013 o sentimento de revolta foi apropriado por grupos reacionários, propiciando uma rearticulação das forças de direita, sendo ainda um marco para a consolidação de uma onda conservadora no país. Nos anos seguintes, cresceram nas redes sociais (facebook, twitter etc) assuntos relacionados à política, as pessoas começaram a se posicionar de modo mais efetivo e partidário e são frequentes os enfrentamentos virtuais em comentários de reportagens sobre assuntos relacionados à política ou partidos políticos.

³² Acessado em 3/12/2017

Uma hipótese para esse desenredo seria de que as manifestações não foram capazes de promover um avanço organizacional posterior, apesar de terem conseguido reduzir os valores das passagens nas principais capitais, atualmente os valor já subiu mais de 30% no Rio de Janeiro em 2014, janeiro de 2015 e dezembro de 2015, mudando dos R\$ 2,75 de quando as manifestações eclodiram para R\$ 3,80 atualmente, além das outras reivindicações que também não tiveram muitos avanços quanto às soluções ou melhoras, o que fez parecer que as mobilizações tiveram uma capacidade de influência na conjuntura limitada, e, num plano mais pessimista, direcionou-se a frustração juvenil para comportamentos conservadores.

As eleições no ano seguinte viram um avanço da direita e do pensamento reacionário, situação que nos encontramos até o presente momento. Visto que observamos uma apologia crescente às ideias machistas, racistas e preconceituosas nas redes sociais, do aumento da violência contra pessoas Lgbts e o crescente assassinato de jovens negros em todo o território nacional.

4.3.6 Direito à cidade e à terra

Toda essa movimentação para a redução das tarifas do transporte público tiveram uma vitória notável para a sociedade. Para milhares de pessoas, muitas delas mobilizadas pela primeira vez, como já mencionado no capítulo anterior, os protestos mostraram que, apesar de nem todas as reivindicações terem sido atendidas, ir às ruas tem efeitos reais. Foi um aprendizado político que foi importante para as outras mobilizações.

David Harvey citando o sociólogo urbano Robert Park no livro *Cidades Rebeldes* explica que:

O direito à cidade “não pode ser concebido como um simples direito de visita a ou um retorno às cidades tradicionais”. Ao contrário, “ele pode apenas ser formulada como um renovado e transformado direito à vida urbana”

Um dos aspectos desses protestos pode ser entendido como um desejo por cidades mais acessíveis. Parece simples, mas a complexidade envolvida é grande. Ou seja, “o direito à cidade ou a inconformidade com a injustiça urbana não são criações absolutas ou a-históricas, porém tudo leva a crer que são fontes perenes de conflitos, ainda que estes apresentem mudanças com a dinâmica social” (MARICATO, 2011, p. 87).

Corroborando com esse entendimento do ampliamiento das pautas das manifestações à luta pelo direito à cidade, basta verificar que os movimentos sociais já organizados que atravessam essa pauta no país apoiaram e participaram dos protestos. Como o Movimento dos trabalhadores Sem Teto e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST) que além de participar dos atos, divulgou uma nota³³ em apoio aos acontecimento de junho no dia 17 de junho de 2013 onde dizia que

“Lutar contra o aumento das passagens é parte da luta contra as privatizações, que continuam por todo o país gerando corrupção e aumento do poder econômico das grandes empresas. É lutar contra o agronegócio e o envenenamento da agricultura brasileira com agrotóxicos. É lutar por reforma agrária e reforma urbana. É lutar para que tod@s possam ter uma moradia digna. É lutar para que os governos não sejam escravos das empresas, que estão lucrando bilhões com as obras da Copa e do PAC enquanto falta dinheiro e infraestrutura para a saúde e outras necessidades do povo.”

³³ link para a nota completa divulgada pelo MST em apoio ao MPL
<http://operamundi.uol.com.br/blog/samuel/agora/mst-divulga-nota-de-apoio-ao-movimento-passe-livre/>



Retirado do Pinterest.com³⁴

³⁴ Acessado em 4/12/2017

4.3.7 Feminismo/homofobia



Retirado do site juniao.com³⁵

É importante salientar que, ainda que o protagonismo juvenil tenha sido evidente, outros segmentos sociais também estavam atuantes expressando as suas discordâncias e o seus descontentamentos contra a deficiência das políticas públicas às questões relacionadas à cidadania LGBTQI e aos Movimentos Feministas, como por exemplo nos protestos contra o projeto que ficou conhecido como “a cura gay”, que havia sido aprovado sob a liderança do deputado Marco Feliciano (PSC-SP) então presidente da Comissão de Direitos Humanos, além de vozes a favor do aborto.

4.3.8 Black Blocs



Retirada do blog Latuff cartoons³⁶

³⁵ Acessado em 4/12/2017

³⁶ Acessado em 6/12/2017

Durante as manifestações, uma tática de guerrilha chamou a atenção e dividiu a opinião entre as críticas sobre o movimento e entre os próprios manifestantes. Os adeptos deste tipo de protestos ficavam geralmente na linha de frente dos manifestantes e entravam em confronto direto com a polícia, destruindo símbolos tidos como capitalistas como carros, lojas e principalmente bancos. O Black Bloc constitui-se como grupo político apenas na ação antiglobalização e antissistêmico, não tendo líderes representativos. Da mesma forma como no caso dos Anonymous, que também é uma tática de guerrilha cibernética sem representantes. São coletividades que se constituem na ação. Tal situação, além de criar dificuldades para as forças repressivas, coloca novos desafios para as formas de mediação e representação política.

Os black blocs foram usados pelas grandes mídias na tentativa de deslegitimar os protestos, porém dividiram a opinião pública, sendo essa prática defendida por alguns participantes.

Lembro de uma pesquisa realizada durante a apresentação do programa 'Brasil Urgente', no canal aberto da rede Bandeirantes. A questão era: "Você é a favor de protesto com baderna?". Após um determinado tempo, o resultado era 2179 votos a favor da 'baderna' e 915, contra. O apresentador José Luiz Datena, que vinha com um discurso defendendo as ações da Polícia Militar do Estado de São Paulo, passou a pregar a paz entre autoridades e manifestantes.



Imagem retirada do site Yahoo Notícias³⁷

³⁷ Acessado em 7/12/2017

As descrições aqui apresentadas compõem um exercício em processo. Cada um desses retalhos merece uma verificação mais detalhada dos próprios “fatos” que o compõem.

Não podemos analisar o que estava acontecendo nas ruas de modo isolado do que estava ocorrendo no espaço comunicacional. Na rua, cada indivíduo e cada grupo tem uma vivência muito determinada pelo campo experiencial do local, bem como as informações que recebe e troca durante o percurso. A manifestação, todavia, ocorre para além da rua. Sua ação também está sendo construída e seus sentidos são disputados e definidos em outros espaços, para além do local físico imediato. Em seguida, e cada vez mais sincronicamente, essas versões do campo comunicacional que circulavam tanto na internet como nos veículos de comunicação de massa, voltam a participar da construção do ato na rua.

Neste sentido, podemos entender que os grupos proprietários dos meios de comunicação de massa no Brasil notaram uma disposição em desenvolvimento nas redes de comunicação digital, depois que as coberturas dos acontecimentos começaram a acontecer de maneira colaborativa nas redes sociais, afrontando os editoriais tradicionais e procuraram fortalecer e direcionar, em certa medida, a enxurrada de fluxo comunicacional sob um padrão que lhe fosse mais favorável.

Henrique Z. M. Parra, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Unifesp, diz que:

A comunicação nas redes digitais manteve-se bastante distribuída, com muitos nós e centros de irradiação, tensionando com as versões veiculadas pelos meios de comunicação de massa. Todavia, os meios de comunicação de massa foram capazes, em alguns momentos, de canalizar o fluxo das informações das redes digitais numa direção específica, graças ao controle (da intermediação, edição e emissão centralizada) obtido por sua posição estratégica na cadeia produtiva da “notícia”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os retratos apresentados não foram escolhidos de modo aleatório, todos eles foram abordados durante as manifestações e foram usados como combustível para o acontecimento. Temos ciência de que todos eles são campos de estudos que podem ser aprofundados individualmente, mas como mencionado no decorrer do trabalho, a intenção foi criar um mosaico de atravessamentos que levaram aos acontecimentos de junho de 2013. Tendo como importante consideração que todos esses componentes fazem parte do campo de disputa sobre os protestos como um todo, e ainda são disputados individualmente, sobre suas causas, seus protagonistas e suas relevâncias, ilustrando a complexidade da composição da memória.

Reconhecemos que em consequência das disputas envolvendo a lembrança e o esquecimento, a historicização dos acontecimentos é uma ferramenta importante para manutenção, preservação ou alteração da memória coletiva, sendo a memória determinante para a percepção das identidades dos sujeitos. Os produtos gerados dessa representação dos acontecimentos são importantes para evitar o obscurecimento dos fatos e a apropriação do capital político gerado nos atos para privilegiar determinado grupo. A heterogeneização dos agentes responsáveis por essa materialização dos acontecimentos, com seus diferentes pontos de vista, são armas no jogo do que é contado versus silenciamento. Portanto, podemos concluir que as manifestações de junho de 2013, por deterem essa característica de heterogeneidade discursiva, podem ser usadas para respaldar diferentes pontos de vista, de acordo com o enquadramento (POLLAK:1989). Conforme comprovamos no uso das manifestações para incentivar os protestos contra a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, no uso para os protestos contra o governo Dilma e posteriormente no golpe em 2015, no uso para a ampliação dos debates sobre o direito à cidade, políticas públicas relacionado aos transportes públicos e na possibilidade de transporte público gratuito, na ampliação dos debates sobre homofobia e direito ao corpo, no uso para alargamento da utilização das redes sociais como meio para debates políticos e sociais, e na verificação do poder de mobilização que ela proporciona, sendo um incentivo à participação política dos sujeitos na sociedade, entre outros recortes citados no decorrer desta investigação.

Constatamos que as manifestações ajudaram a reacender as aspirações para mobilizações políticas no Brasil de uma geração que não estava habituada a tomar as ruas e lutar por melhores condições de vida ou direitos, conforme comprovamos com os dados de

que grande parte dos manifestantes participavam de um protesto pela primeira vez, demonstrando o poder da população quando unida para um bem comum, e das possibilidades de manifestações, com passeatas, obstrução de vias, artivismos, ou radicalização.

A retomada dessa consciência política pode ser entendido como uma reconstrução da memória coletiva (HALBWACHS: 1979), atravessa pelo contexto social da época, já que, vimos que protestos com características semelhantes aos que aconteceram em junho 2013 já haviam acontecido na curta história democrática do país.

Outro fato que pode ser entendido como reconstrução da memória coletiva foi a utilização do capital político recém formado, com muita potência, mas pouca experiência, como mencionado no parágrafo anterior, para atacar o governo da época, sob a forma de combate à corrupção.

As manifestações de junho não afloraram na cena política com alvos específicos, de acordo com o que vimos, o objetivo principal era a diminuição da tarifa, porém no desenrolar dos acontecimentos as narrativas foram se multiplicando, e por consequência da insatisfação de muitos que participaram dos atos, que apesar de, como vimos nas pesquisas socioeconômicas do capítulo 2, terem boa escolaridade e remuneração, não tinham boas perspectivas quanto ao futuro do país, nem em relação às estruturas socioeconômicas e às dinâmicas político-representativas existentes. Possibilitando a ascensão de ideias de direita que ganharam força nos anos seguintes, protagonizando o surgimento da onda conservadora atual através de redefinições de memórias individuais, sinalizando que todas as demandas levantadas nos atos eram de alguma forma culpa da corrupção e do governo da época.

A medida em que os atos políticos de rua se tornaram extremamente heterogêneos e a bandeira “contra corrupção” foi sendo empregada para o crescimento de um sentimento de aversão ao Partido dos Trabalhadores, líder do governo na época, o distanciamento com os padrões vigentes do ser social e político constituídos durante os governos Lula/Dilma foram aumentados, crescendo o sentimento de não pertencimento e não representação, e levando a consequente alteração nas memórias individuais que são criadas através de “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integrar [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc”, citando novamente a explicação de Pollak.

Tão logo essa reconstrução das lembranças foram introjetadas, a memória coletiva foi afetada impossibilitando a manutenção do sentimento de pertencimento e identidade explicados por Halbwachs e Pollak.

Outro ponto importante é a avalanche de informações e acontecimentos que são noticiados como históricos e importantes, principalmente pelas mídias televisivas, ampliadas pelas redes sociais. Por serem rapidamente consumidas, são rapidamente esquecidas. Sendo o esquecimento um artifício utilizado para o privilegiamento de grupos dominantes. Usando as palavras de Le Goff, a amnésia "pode determinar perturbações graves da identidade coletiva". Ainda usando as palavras de Le Goff:

"Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam a sociedade históricas. os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva"

LE GOFF, 1996, p. 426

As lembranças e esquecimentos foram ferramentas extremamente importantes para o desenrolar dos fatos. E as interpretações sobre os acontecimentos estão apenas no início, do ponto de vista da história, de uma eterna disputa de sentido. Com a possibilidade de serem manipuladas de acordo com o grupo dominante.

A memória está em sempre em disputa, nos acontecimentos de junho houve diversas tentativas definir uma linha discursiva dominante, mas essa linha ainda não foi estabelecida e ainda está em disputa, a maneira como os fatos serão lembrados e passados afetará diretamente nas memórias individuais dos sujeitos da nossa sociedade, podemos perceber “as fronteiras entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, o que foi vivenciado e a imagem escolhida para ser transmitida” (POLLAK: 1989).

6 REFERÊNCIAS

ABRAJI revela que foram intencionais 70 das 113 agressões a jornalistas nas manifestações de 2013. Abraji, dez. 2013. Disponível em: <
http://www.abraji.org.br/?id=90&id_noticia=2687>. Acesso em: 21 dez. 2013.

AGENTES do Caos. Editorial. Folha de São Paulo, São Paulo, 15 jun. 2013. Disponível em: . Acesso em: 20 nov. 2017. ANONYMOUS Rio. Postagem no Facebook. Acesso em: 20 nov. 2017.

ASSAD, Leonor. Uma nova classe social ou o proletariado que se transforma?. Cienc. Cult. vol.66 no.3 São Paulo Sept. 2014. Disponível em:
http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000300009
Acesso em: 20 nov. 2017

BARROCAL, André. A nova classe média existe?. Publicado 05/09/2014. Disponível em:
<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-nova-classe-media-existe-7142.html>
Acesso em: 28 nov. 2017

BRAGA, Ruy. "Sob a sombra do precariado". In: Maricato, Ermínia e outros. *Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 82

BOITO, Armando. "O impacto das manifestações de junho na política nacional". *Brasil de Fato*, 02/08/13.

CASADEI, Eliza Bachega. Maurice Halbwachs e March Bloch em torno do conceito de memória coletiva. In: Revista Espaço Acadêmico, nº 18, maio de 2010, p. 153 a 161. Disponível em periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/.../5607. Acesso em 20 de junho de 2011

CANCLINI, García Néstor. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. São Paulo: Edusp, 1998. CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013 _____ . A sociedade em rede. V.1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999

CHAIA, Miguel. (Org.). *Arte e política*. Rio de Janeiro: Azougue, 2007. _____. *Artivismo – Política e Arte Hoje*. Aurora, 1. São Paulo: PUC-SP, 2007, p. 9 a 12

CHAIA, Vera e CHAIA, Miguel (Orgs.). *Mídia e política, Escritos*. NEAMP, Estudos pós-graduados em ciências sociais, São Paulo: PUCSP, 2012.

DURKHEIM, Émile, (1947). *La educación moral*. Buenos Aires: Losada

FIGUEIREDO, Rubens (org.). *Junho de 2013, a Sociedade enfrenta o Estado*. Ed. Summus Editorial. São Paulo, 2014.

GOULART, Magnus. Análise da discursivização das manifestações populares ocorridas no Brasil em 2013 e sua repercussão no ambiente digital. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná, 2015

JUDENSNAIDER, ELENA; LIMA, LUCIANA; ORTELLADO, PABLO; POMAR, MARCELO. Vinte centavos: a luta contra o aumento. São Paulo: Editora Veneta

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

HUYSSSEN, Andréas. Seduzidos pela memória. Rio de Janeiro: Aeroplano, 200. 116 p.
<<http://www2.unifesp.br/revistas/pensata/wp-content/uploads/2011/03/11Parra-1.pdf>>

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

NORA, Pierre. Entre Memória e história; a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n.10, 1993.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Editora Vozes. Petrópolis, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. São Paulo, Unesp, v. 9, n.1, p. 56-70, janeiro-junho, 2013

NOBRE, Marcos. Choque de democracia - razões da revolta. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PESQUISA Contagem da manifestação no Largo da Batata. Realização: Data Folha em 17/06/2013 Disponível em:
<<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/19/contagaem-manifestacao-lgo-da-batata.pdf>> Acesso em: 5 de nov. 2017

PESQUISA 89% dos manifestantes não se sentem representados por partidos. Realização: Ibope inteligência em 20/06/2013 Disponível em:
<<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos/>> Acesso em: 8 de nov. 2017

PARRA, Henrique. Jornadas de Junho: uma sociologia dos rastros para multiplicar a resistência. PENSATA | Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. V. 3, n. 1, ano 3. 2013. p. 141

SCHECHNER, Richard. Performance Studies: an introduction. London: Routledge, 2006

SCHECHNER, Richard. 2006. "O que é performance?"

SÃO PAULO: marcha 'em defesa da liberdade' pede volta dos militares ao poder, Notícias Terra, 10 jul. 2013. Disponível em: . Acesso em: 5 de nov. 2017.

7 APÊNDICE 1 - Gritos de Guerra

Os gritos de guerra listados abaixo foram retirados de vídeos publicados por manifestantes nas redes sociais, durante os protestos de junho de 2013.

1. Não são só vinte centavos!
2. Amanhã vai ser maior!
3. Vem, vem, Vem pra rua vem contra o aumento
4. Ô, ô. o povo acordou!
5. Sem violência!
6. Sem partido!
7. Sem bandeira!
8. Não é comício!
9. Oportunistas!
10. O povo unido protesta sem partido!
11. Abaixa a tarifa e bota na conta da Fifa!
12. Só olhar, nunca vai mudar! (manifestantes para moradores que olhavam pelas janelas)
13. Ei, Jabor, vai tomar no cu!
14. O povo unido não precisa de partido!
15. Ei, perua! Sai do shopping e vem pra rua!
16. Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não atíça o formigueiro!
17. Brasil,/vamos acordar,/ um professor vale mais do que um Neymar!
18. Dança,Haddad, dança até o chão/ aqui é o povo unido contra o aumento do busão!
19. Lutar/ criar/ poder popular!
20. Que coincidência/ não tem polícia, não tem violência!
21. Mão para o alto, três e vinte um assalto!
22. Não vai mudar/só olhar!

23. Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar!
24. Se a tarifa não baixar, _____ vai parar!
25. Ô motorista,/ Ô cobrador,/ quero saber se o salário aumentou !?
26. Fora, PM!
27. Ôô, São Paulo parou!
28. Você aí fardado, também é explorado! (manifestantes para policiais militares)
29. Você aí parado, também é explorado! (Para transeuntes que observavam a multidão de longe)
30. Pula, sai do chão, contra o aumento do busão!
31. Olha que legal, Brasil parou e nem é carnaval
32. Da copa eu abro mão, eu quero é dinheiro pra saúde e educação!
33. Ih, fodeu, o povo apareceu!
34. Não é Turquia, Não é a Grécia, é o Brasil saindo da inércia!
35. 1,2,3/ 4,5,1000/ A única bandeira que eu levanto é a do Brasil!
36. Não, não, não me representa!
37. Quem não pula, quer aumento!
38. Ei, metroviário, me fala aí se aumentaram o seu salário?!

8 ANEXO - Músicas sobre junho de 2013³⁸

1. Vem pra Rua.

Falcão junto com a banda, foram contratados para interpretar a composição de Henrique Ruiz Nicolau, para uma campanha da Fiat com a música “Vem pra Rua” onde a letra convoca a torcida brasileira a ir para a rua torcer. “porque a rua é a maior arquibancada do Brasil”. Após algumas montagens feitas com a música envolvendo imagens dos protestos que ocorreram no dia 13 em São paulo a montadora resolveu terminar a campanha alegando que já havia uma data limite. Vem pra rua" foi composta por Henrique Ruiz Nicolau, de 30 anos. E ele não esperava a apropriação da música.

2. Cinelândia

No dia 15 de junho foi lançada a música “Cinelândia” , a música fala sobre as manifestações no Rio, a letra faz parte do livro do poeta Pedro rocha e tem a participação do Daniel Gonzaga (filho do Gonzaguinha).

3. As coisas não caem do céu

O músico Leoni no dia 16 divulgou sua música de apoio aos protestos no Brasil.

<https://www.youtube.com/watch?v=y1wxUGI6qnY>

4. Não vai haver amor nessa porra nunca mais (Mixtape)

Publicado no dia 17 de Junho, através do site “Alt News Paper” . A coletânea contém 14 faixas de artistas como, Racionais Mc’s, Emicida, Rincon Sapiência, Dead Fish e outros, com músicas que abordam temas pertinentes às manifestações.

5. Que país é esse?

Com uma versão em Eletro Funk, cantada por MC Siri, MC Mayara, Ed Leymond e Deize Lorreto, da música do Legião Urbana, "Que país é este". A letra critica a corrupção. Foi lançada na madrugada do dia 19 para o 20 de Junho.

³⁸ Referência: <http://euterpedespedacada.blogspot.com.br/2013/06/musicas-de-protesto-em-todo-o-brasil.html>

6. R\$:0,20

Com um videoclip lançado no dia 21 pela banda Valetes. A música é diretamente relacionada aos protestos usando trechos das manifestações.

7. 10 Moldura do Quadro Roubado

Nessa música, Guilherme Arantes fala sobre os protestos, sobre as ilusões, eleição e falência de escolas e hospitais.

8. Até Quando Brasil-Colônia?

Música feita pelo grupo Oriente, de Niterói. O grupo também usa trechos de noticiários e um discurso inflamado da Deputada Cidinha Campos.

9. Povo Novo

Música de Tom Zé, lançada no dia 25 de Junho, em apoio aos protestos no Brasil, a música foi feita em parceria com Marcelo Segreto, e tem créditos a Marília Moscou.

10. Chega (Não é pelos vinte centavos)

Gabriel Moura, Seu Jorge e Pretinho da Serrinha publicaram a música em junho de 2013.

11. PRÓ-T3XTO - V/A

É uma coletânea organizada por Tiago Malta, com uma grande diversidade de artistas.

12. Manifestos

Música feita por Daniel Goés, violonista, compositor e vocalista da banda Tapet Red.

13. Manifestos

Música do MC Daleste, cantor e compositor de funk e rap, assassinado no dia 7 de julho de 2013 durante um show em Campinas.

14. Brasil descobriu o Sérgio Cabral

Foi inaugurado o Canal Alfa Beto no youtube, um Canal que tem a proposta de fazer vídeos e músicas de arte, com críticas. Assim como muitos movimentos, canais, grupos, nasceram como reações críticas aos eventos de Junho.

A música é uma marchinha de Carnaval com crítica ao Governo de Sérgio Cabral e a truculência policial.

15. Hino à Rua - Canção dos protestos de 2013

O coletivo Baderna Midiática que leva o nome da bailarina Maria Baderna, é um coletivo surgido nas manifestações de junho e julho, tem como proposta fazer uma mídia independente. Fizeram uma mistura de poesia e música tendo como foco as manifestações de Junho. A música fala sobre a rua, e como podemos conquistar muito ao estar nela, protestando, a música é intercalada por um manifesto.

16. Do Paes ao Cabral

A banda Los Vânda é uma banda com integrantes anônimos que surgiu no Rio de Janeiro, fazendo paródias de "Do Leme ao Pontal" de Tim Maia, com críticas ao Governo de Sérgio Cabral, todos usam máscaras, fazendo referência aos Black Bloc. Com muito humor dizem que são uma banda de "vandalismo".